

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.100 - RJ (2019/0224877-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : CHRISTIANE DE ALMEIDA FERREIRA - RJ105118
AGRAVADO : COMBRASCAN SHOPPING CENTERS S/A
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE SILVEIRA FERNANDES NONATO - RJ053319

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido do Tribunal de Justiça daquele Estado, assim ementado:

"APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA. Execução Fiscal. Sentença terminativa ao fundamento de suspensão de exigibilidade do crédito tributário. Matéria apreciável em sede de Exceção de Pré-Executividade no entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Processo Administrativo impugnando a forma de cálculo do tributo. Propositura em exercício anterior, com o condão de provocar efeitos na constituição dos posteriores. Falta de observância ao princípio da oficialidade que rege a Administração Pública. Verba honorária sucumbencial fixada de acordo com a legislação processual vigente à época do *decisum*. RECURSOS DESPROVIDOS, CONFIRMANDO A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO" (fl. 47e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 329/333e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejo com apoio na alínea **a** do permissivo constitucional, violação aos arts. 489, § 1º, VI, 927, IV, e 1.022 do CPC/2015 e 151, III, do CTN.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Municipalidade, visando à cobrança de débito relativo à IPTU.

A sentença de primeiro grau acolheu a exceção de pré-executividade apresentada pelo executado e extinguiu a ação por considerar que, supostamente, quando do ajuizamento da demanda o crédito do executado estaria suspenso. Considerou, para tanto, a existência do processo administrativo nº 04.00.007374.1997 quando do ajuizamento da demanda, o que suspenderia a exigibilidade do crédito tributário,

tornando, assim, impossível o ajuizamento da execução fiscal.

Não se desconhece que as reclamações e recursos administrativos suspendem a exigibilidade do crédito, na forma do art. 151, III do CTN. Todavia, não foi isso o que ocorreu no presente feito.

O referido processo administrativo é de 1997, enquanto o crédito cobrado nesses autos foi constituído somente em 2004. Naqueles autos administrativos, portanto, não há discussão acerca do presente débito, e se não há discussão não há suspensão da exigibilidade.

Veja-se que o acórdão recorrido, ao analisar o apelo municipal reconhece que o fato gerador do tributo somente ocorreu posteriormente à discussão administrativa, confira-se:

(...)

Contudo, entendeu que o simples fato de o processo tratar daquela inscrição imobiliária, haveria consequências para os exercícios posteriores. E isso não se pode admitir sem flagrante violação ao art. 151, III do CTN.

De acordo com o dispositivo contido na lei federal suspendem a exigibilidade do crédito tributário "III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;". Ora, não há dúvidas de que eventuais reclamações e recursos devem ser realizadas para o crédito a que se pretende suspender.

No caso, o Município tratou naqueles autos apenas dos exercícios mencionados na decisão juntada aos autos às fls. 29. Não houve qualquer menção aos exercícios cobrados no presente processo.

Dessa forma, considerando que o crédito NÃO ESTAVA SUSPENSO quando do ajuizamento da presente execução, interpõe-se o presente Recurso Especial para que seja reformada a decisão recorrida e seja dada continuidade à execução fiscal, sob pena de flagrante violação à legislação federal" (fls. 341/342e).

Aduz-se, ainda, que a Exceção de Pré-Executividade não poderia ter sido acolhida, pois demandaria, na hipótese em comento, dilação probatória.

Argumenta-se, outrossim, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, bem como estaria desfundamentado.

Requer-se, ao final, "que o presente recurso especial seja conhecido e provido para: a) reformar a decisão do Tribunal de Justiça que negou provimento ao recurso de apelação e manteve a sentença que extinguiu a execução fiscal por suposta suspensão da exigibilidade do crédito; b) ou anular a decisão recorrida, por deficiência de fundamentação e consequente contrariedade ao inciso II do art. 1.022 do Código de Processo Civil; c) e ordenar o retorno dos autos do executivo fiscal a vara de origem para o seu regular

processamento, na forma das razões alinhavadas no presente recurso, e com fulcro no entendimento pacificado no âmbito do superior tribunal de justiça em idêntico caso" (fls. 346/347e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial inadmitido (fls. 368/370e), com base na inocorrência de vícios formais no julgado e na Súmula 7/STJ, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 383/391e).

Sem contraminuta.

O presente recurso não merece prosperar.

Impossível conhecer da alegação de omissão e de falta de fundamentação, do acórdão recorrido. Dessarte, o ora recorrente deixou de indicar, com clareza, na própria petição do seu Especial, no que consistiria, exatamente, essa suposta omissão e falta de fundamentação, não sendo suficiente a mera afirmação genérica da necessidade de menção expressa, pelo julgado, a determinados dispositivos legais. De aplicar, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

Em relação à suficiência ou insuficiência da prova contida nos autos, importa notar que não há, no Especial, indicação dos dispositivos legais que teriam sido violados, em tese, pelo acórdão recorrido, o que atrai a incidência, no tópico, da Súmula 284/STF, por analogia. De todo modo, ainda que indicação houvesse, revelar-se-ia inviável a revisão do juízo exarado nas instâncias ordinárias acerca da necessidade, ou não, de realização de dilação probatória, em sede de Exceção de Pré-Executividade, dada a vedação contida na Súmula 7/STJ.

À guisa de mero exemplo, são as seguintes ementas:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. TÍTULO ILÍQUIDO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. SÚMULA 393/STJ.

1. O STJ pacificou entendimento de que 'A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória' (Súmula 393/STJ).

2. Pela leitura dos trechos do acórdão recorrido, depreende-se que o crédito tributário não possuía certeza, liquidez e exigibilidade. Portanto, a alteração do 'decisum', para modificar o entendimento do Tribunal local, demanda incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial'.

3. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.672.887/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CDA QUE EMBASA EXECUÇÃO. NULIDADE NÃO RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. REVISÃO. SUMULA 7/STJ. PRECATÓRIOS. COMPENSAÇÃO. ENTIDADE DIVERSA. IMPOSSIBILIDADE. OFERECIMENTO DE BENS À PENHORA. RECUSA DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. ANÁLISE DE LEI LOCAL. COMPETÊNCIA DO STF. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA.

1. **'Alterar ou modificar o entendimento da Corte de origem, no sentido da higidez da Certidão da Dívida Ativa - CDA, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, demandaria, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório dos autos, inviável em sede do Recurso Especial, em face do óbice da Súmula 7 do STJ' (AgRg no AREsp 517.678/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 7/4/2015).**

2. Com relação ao direito de utilização dos precatórios, é pacífico o entendimento no STJ no sentido de que não cabe a compensação de débitos tributários com precatório de entidade pública diversa.

3. Segundo entendimento consolidado nesta Corte Superior sob o rito do art. 543-C do CPC, a Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei n. 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor.

4. Não obstante a recorrente alegue contrariedade a dispositivo infraconstitucional, a matéria decidida passa necessariamente pela análise de direito local (Lei Estadual n. 6.537/73), o que encontra óbice na Súmula 280/STF, aplicável por analogia.

5. Dispõe a Súmula 393/STJ: 'A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória'. Desse modo, não caberia nenhuma análise que ultrapassasse o conhecimento sumário das informações postas nos autos.

6. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.306.827/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA

TURMA, DJe de 12/08/2015).

Registre-se, por derradeiro, a impossibilidade de exame da questão referente à ocorrência, ou à inoccorrência, de suspensão do crédito tributário. É que, ao fundamentar o descabimento do ajuizamento da execução fiscal, afirmou, o Tribunal de origem, textualmente, que:

"De fato, o processo data de 1997 e o imposto sobre a propriedade objeto da Execução Fiscal se constituiu em 2001 e 2002.

Mas a Executada impugna a forma do cálculo do tributo, o que, em tese, provocaria consequências em todos os exercícios posteriores:

(...)

E, como se sabe, um dos princípios da Administração Pública é o da oficialidade, segundo o qual tem o poder/dever de agir sem manifestação do administrado:

(...)

Logo, correta a extinção do Executivo Fiscal com a condenação do Exequente ao pagamento de honorários sucumbenciais: (...)" (fls. 300/303e).

Como não houve, no Recurso Especial, impugnação específica a esse fundamento do acórdão recorrido – no sentido de que, em razão do princípio da oficialidade, caberia à Administração agir independentemente de requerimento da parte, para sustar a cobrança do tributo –, tem-se que o recurso, no ponto, é deficiente, pelo que se impõe a aplicação, no particular, da Súmula 182, por analogia.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrente, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora